

Gastos com juros da dívida batem recorde

Publica

VICENTE NUNES

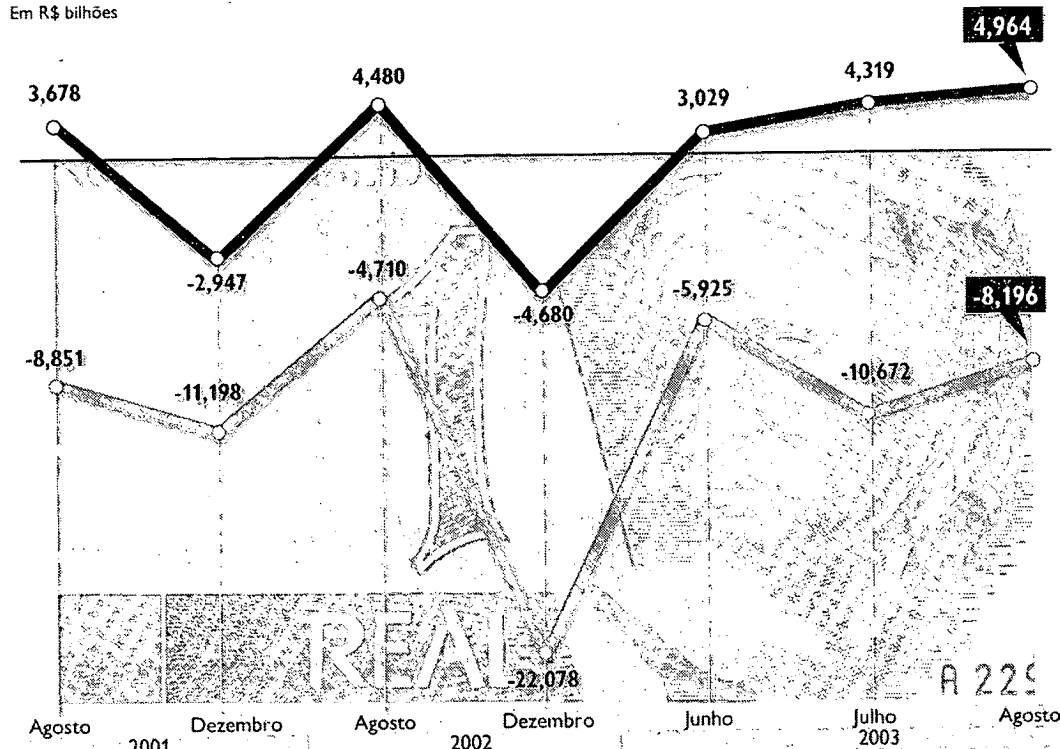
DA EQUIPE DO CORREIO

O PESO DAS TAXAS

— Resultado primário: receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros da dívida pública

▨ Déficit nominal: resultado das contas públicas que leva em conta os gastos com taxas de juros da dívida

Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

A queda na taxa básica de juros (Selic), de 4,5 pontos percentuais entre junho e agosto, ainda não apresentou reflexos nas contas públicas. Os gastos com juros da dívida continuam crescentes, totalizando, nos últimos 12 meses terminados em agosto, R\$ 155,732 bilhões — um recorde histórico. Tal desembolso corresponde a quase quatro vezes as despesas programadas para todos os ministérios da área social em 2004, de R\$ 42,371 bilhões. Somente nos oito primeiros meses do ano, os juros consumiram R\$ 102,417 bilhões, 69% a mais que em igual período do ano passado e o correspondente a 10,2% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, os consecutivos cortes na Selic só serão evidenciados nas contas públicas no final do ano. "Desde agosto de 2002, os juros acumulados em 12 meses vêm subindo", afirmou. Pelas suas contas, em junho de 2002 a Selic efetiva, que remunera os títulos públicos em poder do mercado financeiro, ficou em 18,45%, saltando para 19,17% em dezembro e para 22,6% em julho último. No mês passado, a Selic tinha batido em 23,67% e está fechando setembro em 24,03%.

O peso dos juros tem sido tão violento nas contas públicas que, apesar de o governo estar fazendo um forte ajuste fiscal, quando o custo da dívida entra nos cálculos, o rombo é gigantesco (veja gráfico). Entre janeiro e agosto, o superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) atingiu R\$ 49,293. Adicionados os juros, registra-se déficit nominal de R\$ 53,125 bilhões, o equivalente a 5,29% do PIB. Esse buraco só não é maior graças ao fraco desempenho do dólar, que corrige 25,9% da dívida pública.

Diante de números tão relevantes, Altamir afirmou que o aperto fiscal vai continuar e o setor público conseguirá cumprir as metas firmadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo, o Brasil deve fechar os nove primeiros meses do ano com superávit primário de R\$ 54,2 bilhões. Ou seja, para atingir esse número, a economia deste mês terá que ser de R\$ 4,907 bilhões.

NACIONAL DÁ MAIS PREJUÍZO

O Banco Central foi obrigado a provisionar como perdas, em agosto, R\$ 936 milhões da dívida que assumiu com a parte podre do Banco Nacional, que quebrou em 1995. Com isso, o BC dá como perdidos R\$ 6,2 bilhões do rombo de R\$ 14,155 bilhões deixado pela ex-instituição controlada pela família Magalhães Pinto. Até junho, o BC tinha R\$ 25,668 bilhões a receber dos bancos quebrados que receberam socorro do Programa de Estímulo à Recuperação do Sistema Financeiro (Proer). Desse total, R\$ 7,534 bilhões são dados como perdas, a maioria com o Banco Nacional. O BC se mostra, porém, confiante na recuperação dos R\$ 6,997 bilhões colocados na massa falida do Banco Econômico. Do saldo de R\$ 2,546 bilhões devidos pelo Bamerindus, R\$ 967,9 milhões estão provisionados como créditos de difícil recebimento. (VN)

Preocupação com aumento do débito

A queda da inflação e o processo de recessão da economia provocaram estragos num dos mais sensíveis termômetros da saúde do país: a relação da dívida pública com o Produto Interno Bruto (PIB). Em agosto, esse indicador bateu em 57,7%, o mais elevado desde dezembro do ano passado, que estava em 56,5%. Apenas de julho para agosto, a dívida pública aumentou R\$ 14,1 bilhões, atingindo R\$ 891,335 bilhões. "Tenho certeza que os investidores farão a leitura correta desses números", afirmou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

Ele explicou que, no ano passado, o PIB foi inflado pela forte arrancada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que atualiza o valor do Produto. Não fosse a inflação, a dívida teria fechado 2002 representando 67,7% do PIB, 10,17 pontos percentuais a mais que o registrado pelo BC. Segundo Al-

tamir, para que a relação da dívida com o PIB caísse ao longo deste ano, o processo de deflação que vigorou entre julho e julho teria que ter sido mais prolongado e o PIB crescido muito além de 3%.

A relação da dívida com o PIB é uma das principais razões para o fato de o risco Brasil, próximo de 700 pontos, estar, na média, 40% acima da taxa dos demais países emergentes. Os investidores temem que, com dívida tão elevada, o país acabe partindo para o calote, como ocorreu na Argentina. Altamir afirmou, entretanto, que esse indicador tende a melhorar nos próximos meses, quando o corte na taxa básica de juros (Selic) se refletir por completo na dívida pública. O economista do BC chamou ainda a atenção para a importante redução na parcela da dívida corrigida pela variação do dólar. Em agosto, baixou para 25,9% do total, voltando aos níveis do início de 2001. (VN)